



CONSELHO DELIBERATIVO
GESTÃO 2024/2027
REUNIÃO ORDINÁRIA

ATA Nº 10/2025

Aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, em reunião ordinária, na sala de reuniões do 6º (sexto) andar do IPAM, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Deliberativo IPAM–FAPS: Sr. Gustavo da Silva Machado (titular), membro nato na condição de Presidente do IPAM; Sra. Greice Maria Feiten (titular), Presidente do Conselho Deliberativo; Sr. Luciano Roque Piccoli (titular); Sr. Bruce Marlon Costa (titular); Sra. Livia Cristina Brum Ries (titular); Marilei Ferraro (titular); Lander Fernando Battassini (suplente) e Sr. Auro Luis da Silva (titular). Registra-se, ainda, a ausência: por razão de férias, dos seguintes conselheiros: Sr. Pedro Augusto Luchese Irigonzê (titular) e Sr. Fabiano Neves Fontana (suplente); sem justificativa até a reunião, dos seguintes conselheiros: Sra. Ana Cláudia Doleys Schittler (suplente); Sra. Gisele Turella Mabilia (suplente); Sr. Rudimar Reali (suplente); Sr. Jackes Santos de Andrade (suplente) e Sr. Jaime Araldi (suplente). Estiveram presentes também, a Sra. Regina Zortea – Diretora Administrativa do IPAM e o Sr. Vinícius de Vargas Bacichetto – Diretor Financeiro do IPAM. A presente reunião teve como pauta: 1. Apresentação dos novos integrantes do Conselho Deliberativo; 2. Proposta de alteração da Política de investimentos de 2025; 3. Participação no 1º Encontro Previdenciário dos Membros de Comitê de Investimentos e Conselheiros de RPPS, em Caxias do Sul; 4. Assuntos Gerais. Quanto ao primeiro tema da pauta houve uma breve apresentação dos novos membros dos conselhos, citando nome, cargo, secretaria que atua e os demais membros também se apresentaram para que houvesse a integração e inteiração entre todos. Quanto ao segundo tema da pauta, proposta de alteração da política de investimentos, Vinícius explicou primeiramente sobre o papel do Comitê de Investimentos e as decisões sobre investimentos. Após, citou a boa oportunidade com relação a aquisição de títulos públicos, devido as altas taxas de juros atuais e com isso, boa rentabilidade.



1 Com relação a compra de títulos públicos, explicou que isso é realizado com previsão de resgate
2 apenas no vencimento, assegurando o IPCA mais taxa de remuneração. Hoje a meta é que se obtenha
3 IPCA mais 5,07%, portanto, o que for acima disso será ganho acima da meta. Como os títulos
4 públicos estão remunerando IPCA mais cerca de 7,09%, a aquisição deles estaria assegurando uma
5 rentabilidade acima da meta. A atual Política de Investimentos permite que 60% do valor sejam investimentos
6 de resgate a longo prazo e 40% precisam ser em investimentos de alta liquidez. Hoje o
7 IPAM possui quase o limite de 60% investido em longo prazo e a empresa de assessoria sugeriu que
8 se efetuasse a compra de mais títulos públicos, para aproveitar esse bom momento com alta rentabilidade.
9 Para que se possa adquirir mais títulos públicos, sugere-se alterar a Política de Investimentos,
10 aumentando para 70% a possibilidade de investimentos com resgate em longo prazo, visando
11 aproveitar a Oportunidade de Mercado. E por consequência reduzir para 30% os investimentos de
12 liquidez imediata. Com essa alteração, será possível aumentar os investimentos nesses títulos públicos
13 que hoje estão bem rentáveis. Gustavo complementou a explicação informando que quando a
14 política definiu 40% de investimentos com liquidez imediata, o patrimônio do IPAM era cerca de
15 400 milhões. Hoje, o patrimônio está maior, portanto, mesmo com a redução em percentual, em
16 questão de valores, o IPAM estaria com um bom valor assegurado na liquidez imediata. Essa alteração
17 aconteceria através de Resolução. Luciano questiona se essa alteração na Política não poderá
18 trazer um cenário ruim em questões de valores no curto prazo. Vinícius esclarece que não há problemas
19 justamente pelo que o Gustavo explicou. Em resumo, os 30% de hoje representam mais valor do que
20 os 40% definidos na época de elaboração daquela Política. Isso ocorre pelo fato de que
21 pós reforma previdenciária há sobra de valores no IPAM Capitalização, além disso, há lotes de títulos
22 públicos vencendo nos anos de 2026, 2027 e 2028, ou seja, valores entrando para o IPAM. Vinícius
23 também informou que estudos da assessoria demonstram que até em torno do ano de 2035, o
24 FAPS conseguirá manter todo o principal investido e com bom retorno de investimento. Quanto a
25 títulos públicos, informa ser um investimento seguro e hoje, com retorno acima do esperado. Livia
26 menciona uma questão, mais a nível de alerta, que pelo fato de o patrimônio do IPAM capitalização
27 estar apenas crescendo, podem requerer ações como compra de vidas do IPAM repartição, menos
28 contribuição dos servidores inativos, enfim, o aumento de capital poderá chamar atenção. Lander



1 comenta sobre a possibilidade de rever novamente essa Política de investimentos, caso o mercado
2 mude, o que foi esclarecido que pode ser feito a qualquer momento, se verificado qualquer proble-
3 ma com percentuais definidos, ou seja, a Política de Investimentos sempre será analisada. Vinícius
4 comenta que desde 2013 o mercado não apresentava uma oportunidade tão boa para compra dos tí-
5 tulos públicos. Também comenta que mesmo com o fato de que ano que vem a reforma completará
6 3 anos, podendo assim ocorrer a questão da compra de vidas, durante 12 meses é certa a sobra fi-
7 nanceira. Ademais ele lembrou também que há receita vinda através do COMPREV, mais uma en-
8 trada de recursos para o IPAM. Nesse cenário, com a alteração proposta, e mesmo com possíveis pi-
9 oras no cenário, estará assegurado um fôlego de 4 ou 5 anos sem mexer em títulos públicos. Quanto
10 aos investimentos, informou que o Comitê de Investimentos mantém sempre um planejamento de
11 vencimento dos títulos públicos a cada um ano e meio, máximo 2 anos. Gustavo comenta que hoje o
12 IPAM possui dinheiro e o mercado está favorável, por essa razão, a proposta de mudança na Políti-
13 ca. Vinicius informou que temos também investimentos em Fundos, porém, esclareceu que Fundos
14 de Investimento possuem maior risco e a ideia é reduzir o risco e obter maior retorno, por isso a
15 ideia de aquisição dos títulos públicos. Por unanimidade dos Conselheiros presentes, houve a apro-
16 vação da alteração da Política de Investimentos, conforme proposta apresentada. Quanto ao terceiro
17 tema da pauta foi informado que o evento acontecerá nos dias 03 e 04 de Setembro em Caxias do
18 Sul, na sede do Sindiserv, promovido pela AGIP. O evento é voltado principalmente ao Comitê de
19 Investimentos, com palestras ministradas pelas assessorias sobre temas sugeridos pela AGIP, a fim
20 de que sejam bem aproveitadas. Como o evento ocorre na nossa cidade, sem custo de diárias e de
21 deslocamento, apenas inscrição, serão disponibilizadas vagas para todos interessados. Para quem for
22 participar, será feita convocação para fins de comprovação do ponto junto a chefia. Auro e Bruce
23 confirmam interesse na participação, aos demais conselheiros foi dado prazo até 11/08, próxima se-
24 gunda-feira para que manifestem seu interesse, dessa forma, o IPAM terá tempo hábil para trâmites
25 burocráticos das inscrições. Quanto ao quarto tema da pauta, Greice relembrou de um Congresso
26 para RPPSs da Aneprem que acontecerá em Bento, no mês de Novembro, que considera importante
27 a participação do IPAM, pois o aproveitamento é sempre muito bom desses eventos. Com relação a
28 treinamentos, foi mencionada a participação do Auro e do Bruce na Oficina concessão de Benefi-



1 cios no RPPS – Ponto a Ponto, em Bento Gonçalves, no mês de Julho de 2025. Bruce menciona que
2 esses eventos são sempre muito proveitosos pela troca de informações e experiências com RPPSs de
3 todo Brasil, e nesse evento específico ocorreu participação de muitos lugares do Brasil, não apenas
4 regional. Comenta também que é importante ouvir os outros locais e perceber que o IPAM está bem
5 estabelecido, um exemplo disso é o fato de já ter sido feita a reforma previdenciária, enquanto mui-
6 tos RPPSs estão adiando isso, por ter ocorrido uma revisão na obrigatoriedade imediata. Sobre a re-
7 alização da prova de certificação, foi reforçado que se inscrevam para ela, utilizando o cupom que
8 foi enviado para o e-mail de cada um, com orientações de como se cadastrar e inscrever. Com rela-
9 ção a realização da mesma, há 90 dias de prazo após inscrição, mas solicita-se a realização antes
10 desse prazo. Gustavo informa que está sendo efetivado convênio com o TCE/RS para que a prova
11 de vida seja feita nas eleições. Será esse mais um formato de realizar a prova de vida, ficam manti-
12 dos todos demais, o que é algo positivo, permitindo que ao votar o servidor inativo já esteja reali-
13 zando sua prova de vida. O IPAM ainda não definiu os prazos de validade da prova de vida realiza-
14 da através da votação, será a próxima definição após efetivado o convênio. Os conselheiros conside-
15 raram bem positivo esse convênio por duas questões: primeiro, a facilidade de realização da prova
16 de vida e segundo, o incentivo para que mesmo quem não esteja mais obrigado a votar, o faça. Grei-
17 ce questiona sobre os andamentos de conversas para o Censo Previdenciário, Gustavo informa que
18 conversou a Secretária Grégora, mas não obteve retorno. Ele fará novo contato, buscando um agen-
19 damento de reunião ainda para Agosto. Sem mais a ser tratado, por volta das quinze horas e dez mi-
20 nutos, encerrou-se a reunião, lavrando-se a presente ata que vai confirmada pelos conselheiros, ser-
21 vindo essa como atestado de comparecimento para fins de controle de frequência, devendo ser enca-
22 minhada para publicação no site da autarquia.